CONDIÇÃO ASSALARIADA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOS ASSISTENTES SOCIAIS: ideologia ou crítica emancipatória?

Juliana Menezes Mendes Mauricio¹

Resumo

O estudo ora apresentado visa recuperar e explicitar as principais reflexões construídas em nossa tese de doutorado acerca da consciência de classe dos assistentes sociais, a partir de suas apreensões e concepções sobre o trabalho profissional. Para a realização da referida tese, foi empreendida uma revisão bibliográfica, assim como foi desenvolvida uma pesquisa de campo com os assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) de Macaé-RJ, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: Trabalho assalariado do assistente social; Alienação e estranhamento do trabalho; Ideologia; Consciência de classe.

Abstract

The study presented here aims to recover and explain the main reflections built in our doctoral thesis about the class consciousness of social workers, based on their apprehensions and conceptions about professional work. To carry out this thesis, a literature review was undertaken, as well as a field research with social workers who work in the Reference Centers for Social Assistance (CRASs) in Macaé-RJ, through semi-structured interviews.

Keywords: Salaried work of the social worker; Work alienation and strangeness; Ideology; Class Consciousness.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva recuperar reflexões constitutivas de nossa tese de doutorado, defendida no final do ano de 2019.

A referida tese, que subsidia o estudo ora apresentado, além da revisão bibliográfica foi constituída de uma pesquisa de campo realizada com os assistentes sociais inseridos na política municipal de assistência social, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Macaé-RJ.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Faculdade de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: juliana_mmendez@hotmail.com

Foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas visando refletir acerca da consciência de classe dos assistentes sociais, a partir das suas apreensões, concepções e elaborações relacionadas ao trabalho profissional.

Considerando os elementos narrados, o texto que se segue será organizado em três o momento. No primeiro momento abordaremos reflexões acerca das categorias alienação e estranhamento do trabalho; ideologia; e consciência de classe. No segundo momento, trataremos da condição assalariada do assistente social e dos principais achados da pesquisa. No terceiro momento teceremos as considerações finais.

2 MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DA ALIENAÇÃO, IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

2.1 Alienação e estranhamento do trabalho

Inicialmente importa esclarecermos que a categoria alienação não é originária do pensamento marxiano, apesar de podermos creditar a Marx e aos marxistas a maior amplitude de elaborações referentes à referida. Sabemos que o conceito de alienação de Hegel embasa o conceito marxiano de alienação. Sendo assim, Marx necessitou retirar a referida categoria do cerco da filosofia hegeliana, despi-la de sua roupagem metafísica para, posteriormente, atribuir novos conteúdos e dimensões à mencionada categoria.

Desse modo, a compreensão da alienação e do estranhamento na tradição marxista, conforme poderemos observar, relaciona-se com a forma concreta em que se organiza e se realiza a produção e, consequentemente, o trabalho nesse circuito. Logo, não se trata de um fenômeno constituído na e pela consciência, nem mesmo a dada condição natural, insuprimível, inerente ao processo de trabalho em geral.

No que se refere à significação das categorias alienação e estranhamento, é sabido que, na tradição marxista, é possível encontrar distintas abordagens e apreensões. De modo expressivo, imputa-se identidade entre as referidas categorias. Posto isso, utilizando como base as incursões realizadas na aproximação com a temática e, em especial, na aproximação realizada com o texto contido nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de 1844, especialmente com a seção intitulada "Trabalho estranhado e propriedade privada", consideraremos e trataremos as categorias alienação e estranhamento como sinônimas. Nesse sentido, a nosso ver,

a abordagem marxiana sugere que a divisão do trabalho, a apropriação privada e a troca atuam como promotoras de alienação, de estranhamento, estando as mencionadas categorias entrelaçadas entre si.

Nessa perspectiva, entendemos as categorias alienação e estranhamento inscritas no processo de despojamento do trabalhador, na ação de transferência, de entrega de sua força de trabalho no processo de produção, que envolve a separação entre produtor e produto; produtor e atividade; e produtor e gênero humano, operada a partir da entrega, da expropriação da força de trabalho do produtor/trabalhador. Nesse sentido, opera-se o ocultamento da íntima relação existente entre o produtor e o produto; o produtor e a atividade; e o produtor e o gênero humano. Logo, a partir do despojamento do trabalhador, operado socialmente, promove-se a alienação, o estranhamento, ou seja, o mascaramento das relações sociais de produção.

Portanto, conforme buscamos sinalizar, consideramos que ambas as categorias, conforme significadas por Marx, referem-se à conformação do trabalho sob dadas causalidades histórico-sociais. Ambas configuram-se objeções à realização humana.

No entanto, apesar de não compartilharmos da leitura que presume a alienação com algo insuprimível, como exteriorização humana, partilhamos da leitura presente em Mészáros (2016), Bonfim (2011) e Netto (1981), que considera as categorias alienação e estranhamento não como exclusivas do capitalismo, ainda que esse modo de produção e acumulação tenha a capacidade de imputar contornos especiais às referidas, bem como tenha a capacidade de universalizar os seus efeitos.

Conforme buscamos aludir, fundamentalmente, o trabalho que se efetiva em meio às relações sociais burguesas não possibilita ao homem realizar-se. ² Ao contrário, denota sacrifício e desumanização. Isso porque as referidas relações sociais promovem a universalização da alienação, do estranhamento e da reificação, que penetram todos os espaços da vida social. Os indivíduos são mercantilizados, as relações sociais se expressam como relações entre coisas e a consciência social do ser humano transmuta-se em culto à privacidade abstrata.

Em síntese, a separação entre o trabalhador e os meios de produção e a consequente entrega, alienação da força de trabalho, para que o trabalhador garanta sua sobrevivência, produzem efeitos devastadores. Sob essa conformação de

² Aqui estamos dando ênfase à dimensão do trabalho que denota sacrifício e desumanização.

produção, o trabalhador subsome às necessidades e à força social do capital. A força de trabalho transmuta-se em mercadoria, sendo consumida pelo capital, assim como os meios de produção. O trabalhador não possui autonomia³ e não produz para si próprio, como já dito, mas para outrem que detém o "direito" de uso da mercadoria força de trabalho. Nesse sentido, a partir da separação operada entre o trabalhador e os meios de produção, temos a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Ou seja, o trabalhador aliena a sua força de trabalho e, consequentemente, o produto de seu trabalho, mas não só. Nessas circunstâncias, o trabalhador aliena, estranha o seu ato de trabalho; o produto do seu trabalho; e o próprio gênero humano.

2.2 Ideologia

Sabemos que a categoria ideologia não repousa em uma homogeneidade semântica. Desde o seu surgimento, já assumiu e assume diversas conotações. Por isso, consideramos razoável tecermos algumas breves considerações acerca de algumas das interpretações e aplicações do referido conceito.

A origem do conceito em voga pode ser identificada na transição dos anos 1700 para os anos 1800, no contexto do final da Revolução Francesa, conectada à defesa dos ideais e principais valores da revolução – sob a influência do Iluminismo (IASI, 2011a). Antoine Destutt de Tracy, em sua obra "Eléments D'Idéologie" (1804), teria utilizado pela primeira vez o conceito como o estudo científico das ideias que decorrem da interação entre o organismo vivo e a natureza.

Posteriormente, com Hegel, por exemplo, o conceito de ideologia assume uma conotação de conceito universal que, assim como na obra de Destutt de Tracy, não se relaciona com classes ou grupos sociais.

Somente com Marx e Engels o conceito de ideologia passa a ser analisado a partir da compreensão do movimento objetivo da realidade. Nesse sentido, a ideologia passa a ser compreendida como uma forma de consciência que espelha e expressa a realidade objetiva na esteira das relações capitalistas, com toda sua potência de alienação, estranhamento, fetichismo e reificação.⁴

³ Ou, dependendo da especificidade e/ou da forma de vínculo do trabalho, possui uma autonomia limitada.

⁴ Uma forma de inserção no trabalho alienada, estranhada como na sociabilidade capitalista, só poderia produzir uma consciência alienada e, portanto, uma ideologia.

lasi (2011a) explicita que, mesmo no campo marxista, é possível observar a aplicação do conceito de ideologia como o conjunto de ideias que representa determinado grupo, sem atrelá-lo ao processo de falseamento no campo das ideias, exclusivamente conectado com a dominação e com as inversões materiais praticadas por uma classe em particular, a burguesia.

lasi (2011a) avalia que a vinculação da categoria ideologia à noção de conjunto de ideias no circuito marxista se deve a alguns fatores, como: as tendências presentes na Segunda Internacional; o não acesso à obra de Marx e Engels *A ideologia alemã*; e o ímpeto de popularizar um conceito de ideologia que fosse útil às lutas sociais.

Comungamos da apreensão a seguir, que julga equivocada a compreensão que aproxima o conceito de ideologia com a noção de conjunto de ideias. Nesse sentido, gostaríamos de demarcar que neste estudo consideraremos o conceito de ideologia como abordado por Marx e Engels, conforme já sinalizamos, diretamente conectado à sociedade organizada em classes sociais e à forma particular utilizada pela classe social dominante para difundir sua forma de ver o mundo.

Nesse sentido, na obra *A ideologia alemã*, fica evidente a noção assumida por Marx e Engels de ideologia atrelada à dominação. Mas também, como bem caracteriza lasi (2011a, p. 80), de "dominação, inversão, naturalização, velamento, falsidade".

No que tange à inversão, cabe reiterarmos que não é produzida no âmbito das ideias, mas a partir das relações materiais, embora se expresse no circuito ideal. Temos, portanto, a ideologia como um conjunto de ideias que corresponde às inversões operadas no âmbito das relações sociais de classe, ideias essas que, longe de desconstruir e desmistificar as referidas inversões, servem à sua justificação e à naturalização.

2.3 Consciência de classe

Para tratarmos da consciência e da consciência falseada, invertida – complementando as questões abordadas anteriormente – cumpre tecermos breves reflexões.

Marx e Engels, na obra *A ideologia alemã*, partem de bases reais, não arbitrárias, não dogmáticas, que só podem ser abstraídas no campo ideal, no circuito

da imaginação. Distinguem-se, portanto, dos filósofos alemães que, em geral, situavam-se na dependência de Hegel e de seu sistema (MARX; ENGELS, 2001).

Cumpre acrescentarmos que nenhum desses filósofos – jovens e velhos hegelianos – cogitou questionar qual seria o vínculo entre a filosofia alemã e a própria realidade objetiva do país, e, ainda, entre as suas críticas e as relações objetivas. A referida desvinculação entre os produtos da consciência e as relações materiais bem como a autonomia destinada às representações mentais em relação ao movimento do real serão objeto de crítica e explanação de Marx e de Engels na obra *A ideologia alemã*.

Em conformidade com o exposto, os autores d'*A ideologia alemã* estavam convictos de que não é a consciência e não são as representações ideais que determinam a vida objetiva, mas ao contrário, é a vida, em suas relações concretas e contraditórias, que determina a consciência. Desse modo, o que se evidencia com essa constatação é que a consciência é objetivamente condicionada, não lhe sendo possível atingir determinados saltos sem compatibilidade objetiva, ou seja, de modo que a realidade material não acompanhe. Embora, conforme sinaliza lasi (2011b, p. 85), "[...] por vezes, [a consciência] arrisque saltos a partir de condições materiais em germinação".

Em consonância com esse pressuposto, temos que a consciência dos sujeitos se conforma a partir das relações sociais reais em que esses sujeitos se inserem, logo, ao se inserirem em relações sociais em que há a alienação, o estranhamento, o fetichismo e a reificação, a consciência desses sujeitos expressará esse processo, conforme buscamos sinalizar anteriormente.

Estamos de acordo com a interpretação presente em Lukács (2003, p. 135), onde verificamos o reconhecimento do mérito da filosofia crítica constituída por Marx – e aqui, acrescentamos Engels. O autor anuncia que essa filosofia crítica é, em muitos aspectos, uma crítica histórica. "Ela dissolve, sobretudo, o caráter fixo, natural e não realizado das formações sociais; ela as desvela como surgidas historicamente e, como tal, submetidas ao devir histórico em todos os aspectos".

Nesse sentido, ancorados na perspectiva histórica, consideramos que a consciência se amadurece e se conforma por fases diversas: uma fase supera a outra; essa fase superada se encerra; a partir do encerramento e superação da fase anterior, temos o surgimento de nova fase. Nesse movimento, a nova fase também pode carregar consigo determinações da fase superada, não sendo, portanto, uma

ruptura indiscriminada, mas superação em movimento. Em que pese a explicação aparentemente simplória, o processo de desenvolvimento e de maturação da consciência é constituído de dialética.

Prosseguindo, temos que a consciência é a interiorização das relações vivenciadas e experimentadas pelos sujeitos — seus valores, normas, condutas e concepções. Nesse sentido, cabe destacar que as primeiras relações sociais experimentadas pelos sujeitos são propiciadas pela família (precedendo a inserção nas relações econômicas e de produção) que, por sua vez, é constituída e educada em determinado contexto sócio-histórico.

Ao se inserir em um conjunto de relações sociais, o sujeito captura um instante do movimento, abstraindo-o. Na medida em que tem acesso limitado ao todo, o sujeito busca compreendê-lo pela parte que tem acesso, configurando o processo de "ultrageneralização" – um dos mecanismos da primeira forma de sua consciência.

Cabe acrescermos que, de acordo com lasi (2011b, p. 22), a primeira forma da consciência constitui uma base favorável para a aceitação da ideologia. Nesse sentido, o sujeito, no processo de constituição de sua consciência, entra em contato com o mundo externo, com a realidade, porém de maneira limitada, parcial. Contudo, essa parcialidade não é apreendida pelo sujeito, que a eleva ao status de natural. Na expressão de lasi (2011b, p. 17): "[...] assim, o indivíduo interioriza essas relações, as transforma em normas, estando pronto para reproduzi-las em outras relações através da associação".

Os espaços em que os sujeitos se inserem são apreendidos como universais. A escola, por exemplo, não é apreendida como uma forma de escola, particular, mas como "a escola". Nessa perspectiva, as múltiplas formas de relações e vivências experimentadas são transmutadas em naturais — o mesmo ocorre com o trabalho assalariado, por exemplo.

Além das vivências e interrelações promovidas pela família, o sujeito tem acesso a outras informações e conteúdos que são transmitidos em sociedade, sob a forma de conhecimento, podendo as influências e as conformações oriundas das relações familiares serem complementadas, reforçadas ou modificadas pelas demais relações em que o indivíduo possa vir a se inserir ao longo de sua vida (escola, faculdade, trabalho, militância e relações pessoais/afetivas, dentre outras).

Em consonância com o que buscamos evidenciar, a ideologia e as relações sociais constituem um todo dialético, em outros termos, uma conexão de contrários,

relação assentada na contradição. Por mais aproximada e compatível com a realidade (com suas inversões e falseamentos materiais), a ideologia ainda permanece se configurando uma representação no campo das ideias, inscrita em determinado contexto de desenvolvimento econômico e sócio-histórico. A visão de mundo, embora internalizada, não é inalterável, pois as relações sociais que a constituem estão em constante movimento e transformação. Em função do permanente movimento e da característica dinâmica da realidade, por vezes, estabelecem-se incongruências entre as relações objetivas e a visão de mundo a elas concernente. Nos termos de lasi (2011b, p. 27), "é o germe de uma crise ideológica".

Diante de um contexto de contradição, as relações, até então idealizadas, passam a ser vividas e compreendidas como injustas. Existe o impulso e o movimento de não mais se subordinar às referidas, embora ainda se expressem como relações dadas, intransponíveis. Nesse ponto, ainda que com uma apreensão fatalista, já é possível verificar a modificação do julgamento valorativo, que de "sempre foi assim" transforma-se em "sempre foram injustas" (IASI, 2011b).

Certas condições, associadas a determinadas contradições, podem permitir a transição para uma nova etapa do processo de consciência. Desse modo, a vivência da contradição pode permitir, por sua vez, uma superação inicial da alienação ou da forma de consciência mais constituída de alienação e falseamentos.

De acordo com lasi (2011b), o compartilhamento das contradições com um grupo⁵ promove um salto qualitativo no processo de consciência, deixando de se configurar revolta, como ocorre de maneira individual.

Essa consciência despertada, que permite questionar o tido como natural e se associar para se contrapor aos grupos considerados opostos é denominada consciência em si ou consciência de reivindicação. Embora essa consciência envolva uma perspectiva mais ampliada, que ultrapassa o individual, ela ainda se assenta em relações e vivências imediatas. Apesar de se constituir como dimensão essencial da superação da primeira forma de consciência, mais subsumida à alienação, a consciência em si carrega consigo traços, elementos não superados.

A consciência em si envolve a constatação, por parte dos trabalhadores, da existência de classes sociais, assim como a apreensão de sua inserção em uma das classes fundamentais: a classe que mercantiliza sua força de trabalho. Todavia, ao se

-

⁵ Pressupõe o partilhar de dadas condições sociais comuns no circuito da dinâmica de produção e acumulação.

reconhecerem como classe trabalhadora e ao reivindicarem os seus direitos e interesses de trabalhadores, esses últimos negam o capitalismo, afirmando-o (IASI, 2011b). Isso porque, embora o reconhecimento da condição de classe seja imprescindível, não há capitalismo sem classe trabalhadora.

Sob esse viés de compreensão, para a luta revolucionária, cujo horizonte é a completa transformação social e a superação dos constrangimentos intrínsecos ao capitalismo, aos trabalhadores não basta o estabelecimento da consciência em si, mas a assunção da consciência para si.

É nesse *ínterim* que se situa a verdadeira consciência de classe: inicialmente, nega-se o capitalismo, reconhecendo sua condição de classe para, adiante, negar-se como classe, assumindo a luta coletiva pela emancipação humana – e, consequentemente, pela abolição das classes.

3 CONDIÇÃO ASSALARIADA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOS ASSISTENTES SOCIAIS

3.1 A condição assalariada do assistente social

É notável a parcela da categoria que compreende a inscrição do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, na condição de trabalhador assalariado. Compomos essa parcela da categoria que apreende o trabalho como chave analítica para a inserção profissional do assistente social, conforme exposto. Desse modo, compartilhamos da acepção de que a institucionalização do Serviço Social "[...] circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social *ingresse* no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista" (RAICHELIS, 2011, p. 4, grifo do autor).

Dando continuidade à reflexão, faz-se imprescindível dizer que o assistente social se insere no rol de trabalhadores que necessitam, fundamentalmente, vender sua única mercadoria, logo, a sua força de trabalho. Desse modo, evidencia-se que a atividade profissional do assistente social irá ocorrer a partir de uma relação contratual – de compra e venda dessa força especializada de trabalho. Nesse sentido, para pensarmos o trabalho do assistente social, não é possível desvencilhá-lo da instituição em que o profissional se insere, pois, apesar de a profissão de Serviço Social possuir regulamentação de profissão liberal, não há na categoria uma trajetória consolidada nesse formato.

Nessa ótica, o assistente social deverá atender a um montante de exigências da instituição na qual se inserirá, mediante a venda de sua força de trabalho. Será possuidor de uma relativa autonomia, visto que atuará como corresponsável da direção que será imprimida às suas atividades (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986).

Discorrendo acerca do conteúdo tratado, temos que o assistente social, ao vender sua força de trabalho cotidianamente, inserindo-se no universo da produção e da reprodução das relações sociais, será envolvido e implicado pela dinâmica da instituição empregadora, no cumprimento de seus parâmetros institucionais. Parafraseando lamamoto (2008), o assistente social será compelido a observar e seguir as definições no campo institucional e trabalhista; no campo do rendimento e produtividade; dentre outras questões. Além disso, serão os empregadores que estipularão as funções e atribuições – de acordo com as normatizações referentes ao trabalho coletivo, que oferecerão o *background* dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos necessários à concretização do trabalho e que recortarão as múltiplas expressões da questão social, que poderão vir a se tornar matéria da atividade do assistente social (IAMAMOTO, 2008).

Em conformidade com o que expusemos, o assistente social, ao se inserir em uma instituição empregadora, irá, em conjunto com outros profissionais, implementar ações da instituição em questão. Irá atuar sobre as diversas refrações da questão social conforme o preestabelecido no âmbito das políticas e serviços já existentes na instituição. Utilizará os recursos humanos e materiais ofertados pelo empregador para compor o desenvolvimento — seja no âmbito da elaboração, seja no âmbito da execução, ou ainda, uma combinação dos dois — de "[...] programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências" (RAICHELIS, 2011, p. 5).

Enfatizamos que a perspectiva adotada, de apreensão do trabalho profissional, desmitifica o entendimento da atividade profissional partindo de uma lógica de autonomia integral, o u até mesmo uma lógica que tende a superdimensionar o cariz ético-político do trabalho. Isso porque o assistente social não possui "[...] o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções" (IAMAMOTO, 2009, p. 353).

⁶ Embora seja reconhecida a relativa autonomia desse profissional no direcionamento do seu trabalho.

Conforme buscamos indicar, o assistente social integra o rol de trabalhadores assalariados. Inscreve-se na condição assalariada vivenciando, portanto, a alienação, o estranhamento do trabalho. Submerge-se na reificação das relações sociais e ilude-se a partir do fetichismo da mercadoria. Compartilha, por conseguinte, mesmo salvaguardadas possíveis especificidades, os constrangimentos e as implicações experimentados por aqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho. Por assim ser, o assalariamento configura, a nosso ver, um ponto essencial de interligação entre os assistentes sociais e os demais indivíduos componentes da classe trabalhadora, devendo, portanto, constituir-se elemento de vínculo e identidade.

3.2 Consciência de classe dos assistentes sociais: principais achados e reflexões da pesquisa de campo

O trabalho assalariado, atravessado pelas determinações inscritas anteriormente, envolve, necessariamente, sucção de energia livre e criativa; suplantação das individualidades perante a exaltação das generalidades necessárias ao sistema; mortificação; e autossacrifício.

Cumpre clarificarmos que não estamos ignorando a capacidade do trabalho assalariado de realização do sujeito, pois a realidade é permeada de contradição. Desse modo o trabalho é criação, mas também esterilização criativa; é felicidade e desventura; é deleite e autossacrifício. Essa contradição se mostra mais evidente especialmente no trabalho de cunho especializado — inscrito no circuito da deontologia; não subordinado diretamente ao capital; e que usufrui de estabilidade. Isso porque, nas supracitadas condições, há a dilatação das margens de autonomia — isso se comparado a trabalhos menos especializados, mais repetitivos e sem estabilidade —, permitindo um certo nível de criação, de satisfação e de capacidade reflexiva que se opõe aos traços de penosidade, sacrifício e sucção criativa do assalariamento.

Nesse sentido, ancorado na contradição, o trabalho do assistente social é passível de certo nível de realização e de potencialidade crítico-reflexiva no interior do processo de trabalho na sociedade. Todavia não está imune ao sacrifício, ao suplício, ao desgaste e ao sofrimento social produzidos pela rigidez e desumanização empreendida pelo assalariamento e pelas formas constitutivas da sociedade burguesa. A compreensão dessa contradição supramencionada é fundamental em

uma leitura e em uma apreensão da realidade que intente ou que considere identificar as determinações constitutivas do real.

Considerando os elementos narrados, causou-nos preocupação a ênfase dada pelos assistentes sociais ⁷ ao aspecto criativo, realizador e reflexivo do trabalho efetuado no âmbito dos CRASs. Isso porque a ênfase referida ocorreu concomitantemente ao sub-reconhecimento e a desidentificação da dimensão de suplício, sucção de energia criativa e autossacrifício.

Além disso, quinze assistentes sociais (88,2%) consideraram que o trabalho os realiza como seres humanos e somente dois assistentes sociais (11,8%) consideraram que não. Dos dois profissionais que não consideraram o trabalho como fonte de realização humana, um atribuiu à conjuntura, ao desgaste operado pelas ausências, carências e insuficiências. Somente um assistente social refletiu acerca de sua condição assalariada, a partir da indagação da realização humana mediante a execução do seu trabalho. Desse modo, evidenciou-se a adoção de uma concepção restritiva em relação à realização humana, compatível com a conformação social vigente.

Cabe retomarmos que o sub-reconhecimento, por parte dos assistentes sociais dos CRASs, da dimensão de suplício, desgaste e autossacrifício do trabalho ocorreu mesmo na contramão das seguintes constatações assumidas: 88,2% dos entrevistados atribuíram adjetivos relacionados à exaustão quando indagamos como se sentem após o expediente de trabalho; quase a metade dos assistentes sociais entrevistados (47,1%) considerou que, mesmo que houvesse condições adequadas para a execução do trabalho, ainda assim seria desgastante, penoso, porém menos; e dez dos profissionais entrevistados (58,8%) relataram já terem apresentado problemas de saúde relacionados ao trabalho, sendo que a totalidade desenvolveu doenças psiquiátricas e/ou psicossomáticas.

Na medida em que os assistentes sociais só conseguem analisar o trabalho no circuito do CRAS a partir do crivo da identificação, da apreciação e da realização; e não apreendem a dimensão de sacrifício, de desgaste, de captura física e mental; conforma-se uma leitura parcial da realidade social, que se inclina à idealização e à

-

⁷ Insta esclarecer que as considerações que se seguem levarão em consideração os traços majoritariamente presentes nas respostas dos profissionais ou a expressividade do conteúdo verbalizado pelo profissional entrevistado.

romantização dos processos sociais, que passa, necessariamente, pela naturalização do assalariamento e da sociabilidade capitalista.

Outra questão que julgamos importante recuperar diz respeito às colocações dos profissionais quando indagados a que atribuem a origem das múltiplas questões apresentadas pelos usuários dos CRASs. Nessa questão, observamos uma variedade de respostas por parte dos entrevistados, das quais podemos extrair um traço predominante: ausência de apreensão e exposição dos fundamentos ao buscar estabelecer a causalidade. As múltiplas questões apresentadas pelos usuários configuram-se expressões da questão social, amplamente analisada e mencionada no perímetro do Serviço Social. Contudo, ainda que constante a abordagem e a reflexão em torno da questão social e a sua intrínseca relação com a forma como se organiza a produção e a reprodução do capital, essa relação/conexão não foi predominantemente explorada pelos entrevistados. Mais da metade dos entrevistados (58,8% do total) citou o desemprego ao buscar delimitar a causa das múltiplas questões apresentadas pelos usuários dos CRASs.

Compartilhamos da compreensão dos profissionais que avalia ser o desemprego produtor de muitas privações. No entanto, estamos convictos de que, contraditoriamente, o desemprego trata-se de uma consequência da sociedade sob o comando do capital. No sentido do exposto, consideramos que atribuir ao desemprego a causalidade das problemáticas produzidas socialmente, além de ser uma leitura que não apreende a essência da questão, é uma leitura que mais uma vez naturaliza o trabalho assalariado.

Além das questões já expostas, foi possível observarmos também parca participação e associação política dos entrevistados em movimentos sociais e/ou espaços organizativos. Assim como foi possível observar o significativo estabelecimento de uma exterioridade por parte dos profissionais, tanto em relação à participação em mobilizações, paralisações ou greves, quanto em relação à sindicalização. A exterioridade mencionada denota uma apreensão, por parte dos entrevistados, de não inclusão como partícipes do processo de luta trabalhista e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os elementos expostos, podemos inferir que a parcialidade, a romantização/idealização, a superficialidade, a exterioridade e a naturalização na leitura e apreensão do movimento da realidade – em seus fundamentos e suas contradições –, por parcela significativa dos assistentes sociais entrevistados, expressam inversões, consciências falseadas compatíveis com as inversões operadas pelas relações materiais do capitalismo.

O que buscamos evidenciar é que as concepções que naturalizam e romantizam a realidade social erguida pelo capital estão altamente conectadas com o pensamento ideológico, com a consciência falseada/invertida materialmente fundada. Desse modo, é possível apreender e anunciar que, com raríssimas exceções, os assistentes sociais dos CRASs expressaram ideias e concepções acerca da realidade social compatíveis com as relações sociais baseadas na alienação; no estranhamento; no fetichismo; e na reificação.

Uma vez que não há crítica frontal⁸ ao modo de produção e acumulação capitalista e suas determinações; que há naturalização em relação aos padrões socialmente estabelecidos, atribuindo aos referidos um caráter trans-histórico e insuperável; que não há apreensão das determinações de penosidade e autossacrifício também adjacentes ao trabalho assalariado; e que os efeitos, as consequências e as manifestações do conflito capital e trabalho são apresentados como causas, para explicar, por exemplo, as múltiplas questões apresentadas pelos usuários dos serviços dos CRASs, observamos nitidamente a inversão operada na consciência dos assistentes sociais.

Em suma, foi possível constatarmos a escassez de elementos sugestivos de uma consciência para si, ou seja, raras respostas sugerem uma consciência que ultrapasse os inconformismos e as queixas de maneira superficial em relação à realidade dada e às formas de associação/organização corporativas. Raríssimas concepções verbalizadas indicam o questionamento e a insatisfação em relação à origem das desigualdades sociais, fundadas na apropriação privada de riquezas e na exploração de classe.

No sentido do exposto, cabe acrescermos e destacarmos que ao assistente social não basta a reprodução esvaziada da intepretação da atividade profissional como trabalho assalariado ou somente o simplório e limitado reconhecimento do

⁸ Não foi possível observar essa característica na grande maioria das respostas dos assistentes sociais entrevistados.

pertencimento a uma classe particular, da classe trabalhadora. Não basta assumir a consciência em si que lhe permita superar em parte a ideologia abundante da primeira forma de consciência. Ao assistente social, insta reconhecer-se como classe trabalhadora tão somente para vislumbrar a superação de sua condição de classe, mediante a constituição de uma sociedade sem exploração e dominação social.⁹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONFIM, P. Trabalho e Alienação: elementos para pensar a dimensão da ética do trabalho dos assistentes sociais. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 107-125, Jul. 2011.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In:* **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

______.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 5. ed. São Paulo: [s.n.], 1986.

IASI, M. L. Ideologia... quer uma para viver? *In:* Ensaios sobre consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 77-88.

_____. Reflexão sobre o processo de consciência. *In:* **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 11-45.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. *In:* **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 79-90.

______.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação. São Paulo: Boitempo, 2016.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis,** Brasília, n. 3, p. 41- 45, jan./jun. 2001.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

⁹ Claro que em conjunto com demais sujeitos constituintes da classe trabalhadora.